

Outros artigos

A experiência dos professores-monitores em áreas de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em Sergipe: compartilhar para emancipar

MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES

marjonaso@ufs.br

Universidade Federal de Sergipe

RESUMO:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) aglutina trabalhadores rurais que se propõem conquistar direitos sociais, por meio da promoção de cursos de formação política e pedagógica, com a intenção de formar o novo homem que se consolidará no coletivo. Na perspectiva de compreender a práxis dos monitores envolvidos no MST, especialmente no Estado de Sergipe, levantaram-se questionamentos a respeito da peculiaridade da atuação desses monitores. Considerando esses antecedentes, o objetivo deste artigo é o de revelar a ação docente dos monitores-professores, a qual pode viabilizar a conquista de direitos sociais, para esses trabalhadores, bem como favorecer a sua emancipação, em decorrência do processo de compartilhamento sociocultural que se desenvolve no cotidiano dos integrantes desse processo: monitores-professores x trabalhadores rurais.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação, Ação docente, Emancipação, MST.

Soares, Maria José Nascimento (2008). A experiência dos professores-monitores em áreas de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em Sergipe: compartilhar para emancipar. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 05, pp. 113-120.

Consultado em [mês, ano] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>

INTRODUÇÃO

A vida do homem tem sido, historicamente, marcada pela desigualdade, cujas origens encontram-se nas relações sociais. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao entender a discrepância social e econômica, toma como bandeira de luta a superação das desigualdades sociais. Para Stédile e Fernandes “(...) a nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio¹; a da ignorância e a do capital” (2000, p. 74). Assim, o MST congrega trabalhadores rurais para assegurar a conquista da propriedade da terra e “(...) para adquirir o bem que querem, os audaciosos não temem o perigo, os avisados não rejeitam a dor” (La Boétie, 1982, p. 15).

O MST impulsiona, por meio do processo educativo, a organização de sujeitos para lutarem pela conquista da terra, implementando valores humanistas e diminuindo as disparidades sociais, uma vez que “(...) a democratização da terra cria condições para que as pessoas saiam da pobreza e se eliminem as desigualdades sociais” (Stédile & Fernandes, 2000, p. 161). Desse modo, o MST iniciou uma luta em nível nacional pela educação, a fim de garantir o direito de todos à escolarização, com a finalidade de “(...) viabilizar com mais qualidade a formação política e técnica demandadas hoje pelo contexto da atuação do Movimento” (Caldart, 1997, p. 38). Para a efetivação desse processo de escolarização, o movimento realizou parcerias com instituições sociais e, em especial, com Universidades.

Em Sergipe, no campo da educação, a parceria se efetivou com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização (NEPA) do Departamento de Educação, do qual a autora deste trabalho participou como integrante da equipe pedagógica. O processo educativo objetivou a Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de

Reforma Agrária, incluindo cursos de capacitação e de escolarização para os monitores² dos assentamentos em nível de Ensino Fundamental e Médio³. Dessa forma, a inserção da autora como professora no referido projeto provocou questionamentos, tais como: o que os monitores pensam sobre a proposta de educação do MST em relação aos princípios filosóficos e pedagógicos desse movimento? Que tipo de ligação eles seriam capazes de estabelecer para operacionalizá-los? Que sentidos eles atribuem à sua ação docente?

Da proposição desses questionamentos, firmamos a pretensão de, neste artigo, revelar a ação docente dos monitores para viabilizar conquistas, como os direitos sociais e responder, ao mesmo tempo, às necessidades específicas e diferenciadas das classes de alfabetização de Jovens e Adultos. Para tanto, faz-se necessário partirmos da explicitação da importância da educação para o MST, ressaltando a peculiaridade da ação docente dos monitores, como expressão do compartilhamento do convívio social para a emancipação dos alunos trabalhadores, na perspectiva de atender às especificidades do homem do campo.

EDUCAÇÃO NO MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aposta no aprimoramento de seus monitores. Na medida em que assegura, por meio de parcerias, uma formação nos diversos níveis de escolarização dos trabalhadores (um direito que lhes foi negado historicamente), o Movimento investe na formação de quadros profissionais, envolvendo toda a dimensão política, social, econômica e afetiva. O Movimento considera, por outro lado, que a capacidade organizacional cria possibilidades no sentido de se poder ampliar a visão de mundo, compreender o valor e o uso do conhecimento para a libertação,

reacendendo, assim, a esperança para aqueles que sonham com um mundo melhor.

Diante dessa ponderação, acreditamos que a aplicabilidade dos princípios pedagógicos⁴ do MST fortalece a ação docente⁵ do monitor, à medida que atende aos interesses dos alunos trabalhadores mediante um gradativo processo de tomada de consciência, no qual o monitor estabelece uma reflexão sobre sua ação docente. Essa circunstância revela a necessidade de adotarem-se novas estratégias metodológicas e de propor-se um reordenamento na organização e na mobilização, sempre em consonância com os princípios definidos pelo MST.

Ao examinar esses princípios da educação do MST, verificamos que estes advogam a possibilidade de emancipação dos alunos trabalhadores, na perspectiva de encontrar saídas para o enfrentamento dos problemas existentes nos assentamentos. Os princípios estão carregados de significações que implicam o entendimento mais aprofundado da proposta pedagógica do MST. Ao direcionar sua ação docente, o Movimento potencializa uma prática voltada para a necessidade de avançar na luta por mais direitos, quais sejam: saúde, educação, habitação, lazer etc.

Nessa perspectiva, a atividade de ensinar no assentamento é basicamente exercida por monitores escolhidos em reuniões ou assembléias, com base na aquiescência dos membros, os quais determinam quem melhor se qualifica, por atender aos interesses dos alunos trabalhadores e por estar apto, de fato, para exercer a função de ensino no assentamento.

Vale destacar que o ofício do monitor é pleno de singularidades, pois, ao mesmo tempo em que enfrenta o desafio de formar alunos trabalhadores, vive uma pluralidade de funções, investindo-se ora no papel de agricultor, ora no de líder de massa ou, ainda, no de líder familiar. Esses papéis que constituem a cotidianidade dos monitores propõem alternativas para um fazer pedagógico diferenciado, considerando o fato de que, assim como estabelecem relações diárias em meio às necessidades do contexto no qual estão inseridos, devem também possuir alguns indicadores que caracterizam o perfil de monitor do MST. Conforme descreve Bezerra Neto, o monitor deve

ser fiel à causa do povo; lutar pela Reforma Agrária; perceber os problemas, analisar bem e enfrentar a situação. (...) repudiar as injustiças; ser apaixonado pela luta do MST; amar ser educador; gostar de crianças sem-terra; conhecer os assentamentos; saber tudo o que está acontecendo; dizer a verdade para os alunos; ser um trabalhador. (...) conhecer a história; fazer a história; tratar das questões da terra; ensinar a não explorar e não ser explorado. (...) ensinar o amor à terra e à luta; ter amor pelo MST. (...) aprender muito e ensinar todos os sem-terra a ler e a escrever. (...) ter respeito pelo jeito que cada

pessoa é; não excluir; ensinar coisas novas para os alunos. (...) ser um coordenador de buscas; formar pensando no presente e no futuro; ajudar o assentamento a produzir; ajudar a mudar o país; ser democrático, solidário e humilde. Ser cidadão e ensinar a ser cidadão. (...) estar sempre se transformando e ajudando a transformar (Bezerra Neto, 1999, p. 70).

Para isso, é esperado que o monitor esteja imbuído de princípios capazes de recriar, constantemente, as próprias condições de trabalho; de compreender as especificidades do homem do campo; de entender a pluralidade de valores e concepções de mundo e, sobretudo, de buscar o acesso às informações que viabilizem a compreensão da conjuntura atual. Além disso, requer a necessidade de uma postura política que implica reconstruir e fortalecer o movimento em relação aos objetivos educacionais para resolver problemas nos espaços de Reforma Agrária.

O investimento na formação e na escolarização desse monitor pode elevar o nível de qualificação, ampliando as possibilidades de desenvolver competências que possam atingir os objetivos propostos pelo projeto pedagógico do Movimento. Em estudos avaliativos acerca dessa formação dos monitores, Andrade e Di Pierro reafirmam sua importância para a realidade dos assentamentos, uma vez que esta pode

assegurar profissionais com formação e titulação adequadas às características e aos desafios da realidade do campo, para atuarem na escolarização de educação infantil até o ensino médio nas áreas de assentamentos rurais (...) suprir uma deficiência histórica no meio rural, possibilitando o ensino superior aos jovens do campo (Andrade & Di Pierro, 2004, p. 74).

Isso ocorre porque o processo educativo definido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é aquele "(...) capaz de tornar os companheiros e companheiras sujeitos plenos de seu processo de capacitação e construção de um novo projeto de sociedade" (MST, 1994, p. 9). Esse processo pode, também, superar as contradições, buscar mediações entre os saberes para romper barreiras estabelecidas na conjuntura atual e criar, assim, situações em que haja o encontro humano nas suas múltiplas dimensões: troca de experiências, idéias, opiniões, relações interpessoais, numa valorização das ações frente ao desempenho de suas funções sociais.

Dessa forma, o MST entende a educação como uma prática de intervenção na realidade social. Caldart (1997) explicita que "(...) se trata de um direito de cidadania, representa a possibilidade de acesso a certos tipos de saberes que fazem efetiva diferença na formação (...) de sujeitos de transformação social e da reconquista

da dignidade humana”, recuperando direitos sociais negados anteriormente.

Por esse motivo, o MST delineou uma proposta de educação voltada exclusivamente para os assentamentos, porque entende que não é qualquer tipo de educação que possa atender aos interesses dos assentados, mas aquela que os liberta das amarras da opressão e da exclusão social, em uma perspectiva emancipatória, “(...) compartilhada, para dar liberdade na construção de uma nova sociedade” (MP-01)⁶.

Nessa perspectiva, os processos educativos devem ser dinâmicos, contínuos e interativos, e as ações docentes devem contemplar um trabalho pedagógico em que o monitor-professor reflita sobre uma educação voltada para as minorias, fornecendo-lhes todas as possibilidades de um desvelar pessoal, em que se possa “(...) adotar uma metodologia que fomente os processos reflexivos sobre a educação e a realidade social através das diferentes experiências” (Imbernón, 2004, p. 113).

Em função disso, o Movimento elabora propostas educativas que garantam na sua operacionalização, o fortalecimento da organização social — o MST, quando forma monitores-professores. Estes, afiliados à causa da Reforma Agrária, são militantes e têm como pressuposto a transformação social por meio da educação. Tal processo implica, para Molina, um aprofundamento das idéias e das reflexões teóricas desenvolvidas na ação docente, visando à formação humana; o mesmo que pensar numa

educação voltada para a formação humana em que os sujeitos possam desenvolver diferentes habilidades para questionar e reorganizar os conhecimentos e saberes, uma educação que forma sujeitos atentos ao movimento do seu próprio pensamento e ao movimento do assentamento e do mundo (Molina, 2003, p. 128).

Essas ações resultam da responsabilidade dos monitores em proporcionar atividades que visem a uma prática transformadora, de caráter intervencionista⁷, mediadora do diálogo, da reflexão e do conhecimento, na perspectiva de formar alunos trabalhadores que possam intervir na construção da subjetividade que leve à mudança de sua realidade social.

REVELANDO A AÇÃO DOCENTE

As relações de cunho coletivo e individual dos envolvidos no MST (os quais possuem crenças, idéias e valores) são (re)significadas a partir da convivência desses sujeitos na organização e partilham afetivamente da vida do outro. A disciplina, a partilha, a solidariedade, o amor, a arte, os sentidos de valores e as atitudes estão presentes também na ação docente, o que reforça a

autonomia e o crescimento do próprio movimento, num esforço deliberado de comunicação entre as diversas instâncias e as instituições sociais parceiras. A sala de aula é o “(...) espaço que abriga todos, dá liberdade, felicidade, formação, escolarização e prazer em viver, interagindo no processo de construção e evolução individual e coletiva” (MP — 02).

Em outras palavras, o monitor-professor busca estabelecer uma relação estreita entre os envolvidos no processo educativo para, assim, criar uma possibilidade de convivência em que se ressignificam as relações interpessoais com a diversidade de valores presentes na cotidianidade⁸ do assentamento. Seu esforço é ampliar as oportunidades de escolarização dos alunos trabalhadores que conseguem, na terra, encontrar mecanismos de sustentabilidade para continuar sua caminhada, “(...) formando seres humanos que pensam, criticam, analisam e explicitam a realidade. O que importa é que todos devem participar do processo para ajudar na mudança do assentamento” (MP — 03). A organização social no assentamento é complexa e marcada pela singularidade de sujeitos heterogêneos em termos étnicos, sociais, culturais, éticos, econômicos e afetivos.

O monitor que se encontra frente à organização do processo educativo tende a assumir uma postura (quando ensina) na perspectiva de produzir resultados significativos e concretizar objetivos e finalidades ancoradas nos princípios filosóficos, políticos e sociais do MST. Segundo La Torre (1993, p. 58), ensinar “(...) é intercambiar, compartilhar, confrontar, debater idéias e mediante estas atividades o sujeito transcende seus conhecimentos adquiridos”. Nesse sentido, essas atividades de ensino se manifestam concretamente, no âmbito das interações humanas de valores, atitudes, crenças, símbolos e poder, como uma prática social. Conforme descreve Veiga (2004, p. 16), o ensino como prática social “(...) é uma atividade profissional complexa que exige preparo, compromisso e responsabilidade do professor para instrumentalizar política e tecnicamente o aluno, ajudando-o a constituir-se como sujeito social”.

No campo da afetividade, essas relações baseiam-se em “emoções, em afetos, seus temores, suas alegrias, seus próprios bloqueios” (Tardif, 2002, p. 130). Presentes no contexto do assentamento, essas relações, especialmente na sala de aula, são fortalecidas por sentimentos de crenças e místicas. A mística⁹, para Jesus, funciona

como uma das mais importantes formas de desenvolvimento dos valores e dos símbolos. É um ritual realizado sempre no início ou no término de cada atividade e tem, entre outras mensagens, a solidariedade, o desejo de vencer, a denúncia da exploração, a justiça e o amor (Jesus, 2003, pp. 232-233).

A mística aparece como “(...) a necessidade de organizar e preparar melhor os locais dos encontros nacionais, reuniões ampliadas, [bem como] pensar as diferentes formas de abertura e encerramento” (Bogo, 2003, p. 308) das atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Representa também uma referência para definir o belo e os sentimentos expressos pelos homens num processo de organização por meio das ações. Os monitores utilizam em suas atividades de ensino conhecimentos práticos provenientes do cotidiano do assentamento, numa perspectiva de intervenção da realidade. O grande desafio é o de descobrir a maneira para potencializar essas experiências na ação docente, tendo em vista a práxis¹⁰.

Assim, os monitores são movidos pelas emoções, pelos saberes e pelos conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida. Segundo Gauthier (1998), os saberes necessários à execução das ações típicas do trabalho pedagógico correspondem a uma das condições essenciais para o desempenho de atividades, de maneira que se desenvolvam certas competências, como as de “idealizador, transformador sociopolítico da sociedade”. Em outros termos, é preciso re-situar todas as informações fragmentárias recebidas dentro de um contexto sociocultural mais amplo e mostrar as relações, as mediações, o momento histórico, as condições sociais numa relação dialógica. Todavia, não podemos desconsiderar as formas de organização e as possibilidades de caminhos trilhados pelos monitores que apontam para uma reflexão de novas maneiras de pensar o conhecimento a ser proposto para os assentados. Eles são os responsáveis pelo processo de intervenção, reconstrução e mediação, com a possibilidade de abraçar a causa da reforma agrária, mobilizando estratégias metodológicas para a re-elaboração de sua proposta de ensino.

Dessa forma, a ação docente dos monitores não consiste somente em fazer algo, mas em fazer mais do que repetir o que se viu e ouviu, como atesta o seguinte discurso docente: “(...) pegava o problema definido pelos assentados, preparava uma aula através do debate, garantindo qualquer forma de escrita (desenho), pedindo para que eles pudessem dizer o sentido da escrita, sem corrigi-los” (MP — 04).

Nesse sentido, a construção e a reconstrução do conhecimento ocorrem por força da ação, dos sentimentos e dos valores que são fortalecidos pelo retorno dessas ações. Assim, o novo conhecimento provoca um re-ordenamento, uma re-interpretação, uma re-significação, uma re-leitura do real, uma nova síntese de conhecimentos.

A ação docente, na perspectiva da práxis, tem como condição *sine qua non* a efetivação de um processo

educativo centrado num projeto consciente, ético-político e social. Apresentamos, a seguir, alguns depoimentos dos monitores-professores, que permitem identificar os nexos que têm possibilitado uma prática articulada com o cotidiano dos assentados:

Trabalhando a história de vida, experiências, seus conhecimentos, transformando em conteúdo de sala de aula, abrangendo os campos de conhecimento: História, Português, Matemática, Geografia e Ciências. Utilizando a experiência porque aprende com mais facilidade. É vivenciando na prática (...) tendo como ponto de partida a realidade do assentado — o cotidiano (MP — 03).

A aula é uma conversa agradável sobre a vida deles, o cálculo da produção, sua cultura numa troca de experiência (...) os alunos trazem para a sala de aula os problemas e as vitórias (MP — 05).

Levar informações necessárias para o diálogo constante, a exemplo de questões de agricultura, conjuntura política e produção — todos têm o domínio (MP — 06).

Os depoimentos acima revelam a importância da interação cotidiana e relacionam os sentidos e as significações, respeitando as possibilidades de re-organizar o conhecimento de forma que os envolvidos no processo educativo construam individualmente e coletivamente sua autonomia na organização social. Isso “(...) ajuda no processo de autonomia, na busca de alternativas para resolver os problemas nos assentamentos” (MP — 07).

Esse processo decorre das tomadas de decisões por parte dos monitores, quando estes têm a compreensão da realidade e quando as relações são consolidadas nos diálogos estabelecidos entre os assentados, mediante a troca de saberes e da construção de um seguimento que penetra também no universo de outros saberes que podem ser descritos e interpretados por todos, na medida “(...) em que acontece a sedução pela caminhada e a motivação de aprender (...). É nela que se descobre o sabor e a felicidade de aprender” (MST, 1994, p. 10). É assim que os monitores-professores mantêm fortalecida a organização da realidade social, com o objetivo de os assentados assumirem a responsabilidade de desencadear ações que possibilitem explorar e compreender como esse processo educativo se concretiza na prática social.

EM SÍNTESE

Constatamos, por um lado, que o desenvolvimento da ação docente (que é uma produção coletiva e cultural) praticada nas áreas de reforma agrária (numa perspectiva

emancipatória) deixa claro que a educação é um dos aspectos indispensáveis para que os membros do assentamento possam alcançar o estatuto de cidadãos. Por outro lado, percebemos a existência do propósito de superar as contradições que resultam da desigualdade tal como ela se estabelece na conjuntura atual.

Vale enfatizar que, na busca por essa formação/escolarização, verificamos a necessidade de envolvimento político dos monitores-professores, de forma que se possa desenvolver uma

formação crítica capaz de fazer aparecer inteligências mais potentes e determinadas a levar adiante a construção histórica de uma humanidade responsável por

aquilo que faz de si mesma, dentro da mais ampla condição de liberdade e dignidade de ser (Galeffi, 2001, p. 36).

Assim, acreditamos no fortalecimento do MST quando o mesmo amplia oportunidades educativas nos espaços de assentamentos, pois é um ato que corresponde a uma tradução das potencialidades e das possibilidades presentes na ação docente. Estas, no âmbito do coletivo, não apenas produzem alternativas de ensino e aprendizagem em um processo de diálogo pensante, mas revelam-na como um elemento viabilizador de conquistas dos direitos sociais, por meio da ação de compartilhamento para emancipação.

1. Desse modo, Ianni (1981, p. 90) compreende o latifúndio “(...) como o estabelecimento rural no qual o trabalho se acha apenas formalmente — e não de modo real — subordinado ao capital. Aliás, freqüentemente, o latifúndio combina diferentes modalidades de trabalhadores e de organização social”.

2. Utilizo o termo monitor para designar os professores responsáveis pelo processo educativo nas áreas de assentamento de Reforma Agrária.

3. Foi desenvolvido, no período de 2001 a 2003, o Projeto de Formação do Educador Popular, no ensino normal, em nível médio, em áreas de Reforma Agrária, vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária — PRONERA, por meio da parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE); Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão do Estado de Sergipe (FAPESE); Secretaria de Estado da Educação e do Desporto (SEED) e da Universidade Federação de Sergipe (UFS), Pro-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), Departamento de Educação (DED), e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização (NEPA). É uma proposta de trabalho de extensão voltada à formação de monitores/alfabetizadores, que tem como objetivo básico promover a formação em Magistério dos monitores, possibilitando ampliação de conhecimentos e capacitação para atuar nas áreas. Contou com a participação dos professores do Departamento de Educação, Serviço Social, Psicologia, Filosofia, Química, Física, Biologia, Geografia, História, professores do Colégio de aplicação e da Rede Estadual de Ensino.

4. São princípios pedagógicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “(...) relação entre prática e teoria; combinação metodológica entre os processos de ensino e de capacitação; a realidade como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos/das estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; atitude e habilidade de pesquisa; combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais” (MST, 1996, p. 23).

5. A ação docente será entendida como processo pedagógico desenvolvido na prática profissional da docência. Esta tem sua origem no verbo latino *docere*, que tem o sentido de “ensinar, instruir, mostrar, indicar,

dar a entender” (Dicionário Houaiss); significa a ação de ensinar, exercício do magistério e qualidade do docente.

6. Utilizo a sigla MP — 01, 02, 03... para salvaguardar a identidade dos monitores entrevistados no momento da realização da pesquisa.

7. **Intervenção é aqui compreendida como um ato de intervir no cotidiano do assentamento**, em que os envolvidos no processo educativo tomam medidas necessárias para manter a organização do assentamento, a exemplo do recolhimento do lixo, da necessidade de reflorestamento, como se encontram descritos nos depoimentos destacados neste artigo. **Sobre o significado dessa idéia de intervenção**, entenda-se, ainda, como um grau de mobilidade, mobilização, integrações, desejo por mudanças, percepções das necessidades, motivações dos sujeitos na sua cotidianidade.

8. Concordamos com Kosik, quando define a cotidianidade “[...] como um mundo em cujo ritmo regular o homem se move como uma instintividade mecânica e com o sentimento da familiaridade” (1986, p. 76).

9. Bogo chama a atenção acerca do entendimento sobre Mística, pois as dificuldades de entendimento estavam na origem grega da palavra mística, que está ligada a mistério (*mustérion*), e daí ao latim eclesiástico *mysterium*, e que, durante a história cristã, este termo foi sendo apropriado pela religião católica e, portanto, pela filosofia idealista” (2003, p. 309). Recomendo, para uma reflexão mais aprofundada sobre o sentido da mística no MST, a leitura dos livros: *O vigor da mística* (2002) e *Arquitetos de Sonhos* (2003), ambos de Ademar Bogo

10. **Práxis é “[...] a ação que, para se aprofundar de maneira mais conseqüente, precisa de reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática”** (Konder, 1992, p. 115).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Márcia Regina & DI PIERRO, Maria Clara (2004). *Relatório Geral. Avaliação Externa do Programa PRONERA — Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária*. São Paulo.
- BEZERRA NETO, Luiz (1999). *Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais*. Campinas: Autores Associados.
- BOGO, Ademar (1999). *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras.
- BOGO, Ademar (2002). *O vigor da mística*. São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA).
- BOGO, Ademar (2003). *Arquitetos dos Sonhos*. São Paulo: Editora Expressão Popular.

- CALDART, Roseli Saete (1997). *Educação em movimento: formação de educadores e educadoras no MST*. Petrópolis: Vozes.
- CALDART, Roseli Saete (2000). *Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes.
- GALEFFI, Dante Augusto (2001). *O ser-sendo da filosofia: uma compreensão poemático-pedagógica para o fazer-aprender Filosofia*. Salvador: UFUFBA.
- GAUTHIER, Clermont et al. (1998). *Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente*. Tradução Francisco Pereira. Ijuí: Editora UNIJUÍ.
- IANNI, Octavio (1981). *A Luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área de Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- IMBERNÓN, Francisco (2004). *Formação Docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 4ª edição. São Paulo: Cortez.
- JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (2003). *Navegar é preciso. Viver é traduz rumos... Rotas do MST*. Tese de Doutorado em Educação — Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- KONDER, Leandro (1992). *O futuro da filosofia da práxis*. Petrópolis: Vozes.
- KOSIK, Karel (1986). *Dialética do concreto*. Tradução Célia Nunes e Alderico Toríbio. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LA BOÉTIE, Elienne (1982). *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense.
- LA TORRE, S. (1993). *Didáctica y currículo: bases y componentes del proceso formativo*. Madrid: Editorial Dykinson, S.L.
- MOLINA, Mônica Castagna (2003). *A Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável*. Tese de Doutorado — Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade Federal de Brasília.
- MST — MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (1994). *Alfabetização de Jovens e Adultos*. Caderno de Educação 3. São Paulo: MST Setor de Educação .
- MST — MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (1996). *Princípios de Educação no MST*. Caderno de Educação 8. São Paulo: MST Setor de Educação.
- STÉDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano (2000). *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- TARDIF, Maurice (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (2004). As dimensões do processo didático na ação docente. In Joana Paulin ROMANOWSKI; Pura Lúcia Oliver MARTINS & Sérgio Rogério Azevedo JUNQUEIRA (orgs.), *Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente*. Volume 1. Curitiba: Champagnat, pp. 13-30.

MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES é Professora Adjunta do Departamento de Educação e do Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Contemporaneidade do NPGED/UFS.